

São Simão Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
São Simão Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da São Simão Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

2021BH008024_SSI 2021-06-30 - Relatório do Auditor São Simão 30.06.2021_rDCP270721.docx

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	1.057		1 Fornecedores		107	295
Aplicações financeiras	4 (b)	168	1.060	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14	124
Contas a receber de clientes	5	6.933	4.647	Impostos e contribuições a recolher		291	203
Impostos a recuperar		335	273	Provisão para férias e 13º salário		290	184
Despesas antecipadas		11	281	Provisões para compromissos futuros	9	394	585
Outros ativos circulantes		201	167	Dividendos a pagar	8 e 10 (c)	3.985	13.879
Total dos ativos circulantes		<u>8.705</u>	<u>6.429</u>	Outros passivos	1.2 e 14	<u>1.678</u>	<u>838</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>6.759</u>	<u>16.108</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos	13	12	12	12 Provisões para compromissos futuros	9	<u>369</u>	<u>379</u>
Depósitos Judiciais		2	2	2 Total dos passivos não circulantes		<u>369</u>	<u>379</u>
Imobilizado	6	80.378	81.652				
Intangível	7	<u>1.241</u>	<u>1.446</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>81.633</u>	<u>83.112</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	10	46.101	46.101
				Reservas de lucros		<u>37.109</u>	<u>26.953</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>83.210</u>	<u>73.054</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>90.338</u>	<u>89.541</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>90.338</u>	<u>89.541</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	11	20.680	18.243
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(45)	(51)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(326)	(213)
Custos com pessoal		(740)	(618)
Custos com operação		(66)	(86)
Custos com manutenção		(248)	(492)
Outros custos		(4)	(5)
Custo com meio ambiente		(6)	(5)
Custo com seguros		(283)	(92)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(841)	(952)
Custos com depreciação e amortização	6 e 7	(1.522)	(1.682)
		(4.081)	(4.196)
LUCRO BRUTO		16.599	14.047
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(341)	(298)
Despesas administrativas e gerais		(51)	(50)
Outras despesas operacionais		(16)	(24)
Resultado na alienação de ativos		-	(13)
		(408)	(385)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		16.191	13.662
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	12	(5)	(263)
Receitas financeiras	12	9	25
		4	(238)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		16.195	13.424
Corrente	13	(651)	(550)
Diferido	13	(1)	(30)
		(652)	(580)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		15.543	12.844
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,49	0,40
Quantidade de ações		31.744.639	31.744.639

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.543	12.844
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>15.543</u>	<u>12.844</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		46.101	7.310	11.533	-	-	64.944
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,36 por ação)	10 (c)	-	-	(11.533)	-	-	(11.533)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	12.844	12.844
Dividendos propostos (R\$ 0,40 por ação)	10 (d)	-	-	-	12.844	(12.844)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>46.101</u>	<u>7.310</u>	<u>-</u>	<u>12.844</u>	<u>-</u>	<u>66.255</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		46.101	8.598	18.355	-	-	73.054
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,17 por ação)	10 (c)	-	-	(5.387)	-	-	(5.387)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	15.543	15.543
Dividendos propostos (R\$ 0,49 por ação)	10 (d)	-	-	-	15.543	(15.543)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>46.101</u>	<u>8.598</u>	<u>12.968</u>	<u>15.543</u>	<u>-</u>	<u>83.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.195	13.424
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	13
Reversão de atualização sobre depósitos judiciais		-	249
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	12	(9)	(25)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12	-	6
Depreciação e amortização	6 e 7	1.522	1.682
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	841	952
Constituição do ajuste MRE e garantia física		(116)	(252)
Apropriação de receita diferida		86	(723)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		4	36
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(2.286)	(1.121)
Impostos a recuperar		(62)	(29)
Despesas antecipadas		270	76
Outros ativos		(4)	-
Fornecedores		(175)	109
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(110)	(106)
Impostos e contribuições a recolher		(400)	(325)
Provisão de férias e 13º salário		106	60
Pagamento compromissos futuros	9	(190)	(246)
Outros passivos		(1)	-
Caixa gerado nas operações		15.671	13.780
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(168)	(148)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.503	13.632
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		901	(1.172)
Aquisição de imobilizado e intangível	6 e 7	(67)	(47)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		834	(1.219)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	10	(15.281)	(11.483)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(15.281)	(11.483)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.056	930
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4 (a)	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4 (a)	1.057	930
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.056	930

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Simão Energia S.A. ("Companhia" ou "São Simão") é uma subsidiária direta da PCHPAR Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Simão poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 84/2001 e 234/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 27 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 30 km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009.

Em 17 de fevereiro de 2009, através do Despacho ANEEL nº 631, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, com potência instalada total em operação de 27 MW e garantia física (energia assegurada) de 15,20 MW médios. O término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 8 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de realocação de energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos referentes aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") no montante de R\$86. Os valores estão sendo descontados do faturamento da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2020.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico (RRH)

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre a notificação de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, a companhia possui uma provisão de R\$1.677 constituída no passivo circulante na rubrica "outros passivos" em contrapartida ao resultado na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$841.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	107	-	-	107
Outros passivos	1	-	-	1
	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>108</u>

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/21	31/12/20
Bancos	1.057	1
	<u>1.057</u>	<u>1</u>

b) Aplicações financeiras

	30/06/21	31/12/20
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	168	1.060
	<u>168</u>	<u>1.060</u>

- (i) Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 62,83% e 119,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$6.933 em 30 de junho de 2021 (R\$4.647 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$1.536 até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Terrenos	-	2.245	-	2.245	2.245
Turbina hidráulica	2,50%	14.635	(4.477)	10.158	10.341
Conduto forçado	3,13%	5.471	(2.100)	3.371	3.457
Gerador	3,33%	8.548	(3.530)	5.018	5.160
Comporta	3,33%	1.941	(787)	1.154	1.186
Subestação unitária	3,57%	3.429	(1.510)	1.919	1.967
Estrutura de tensão	3,57%	1.453	(588)	865	891
Casa de força produção hidráulica	2,00%	25.619	(6.206)	19.413	19.667
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	42.881	(10.298)	32.583	33.018
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	5.569	(2.155)	3.414	3.493
Imobilizado em curso	-	238	-	238	227
		<u>112.029</u>	<u>(31.651)</u>	<u>80.378</u>	<u>81.652</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017.

Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, no qual está claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos, a ser definido pelo órgão regulador.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

06/2021

Custo	31/12/20	Adições	Baixas	30/06/21
Terrenos	2.245	-	-	2.245
Turbina Hidráulica	14.635	-	-	14.635
Conduto forçado	5.471	-	-	5.471
Gerador	8.548	-	-	8.548
Comporta	1.941	-	-	1.941
Subestação unitária	3.416	13	-	3.429
Estrutura de tensão	1.453	-	-	1.453
Casa de força produção hidráulica	25.619	-	-	25.619
Reservatório, barragem, adutora	42.892	-	(11)	42.881
Outras máquinas e equipamentos	5.551	18	-	5.569
Imobilizado em curso	227	11	-	238
	<u>111.998</u>	<u>42</u>	<u>(11)</u>	<u>112.029</u>
(-) Depreciação:				
Turbina Hidráulica	(4.294)	(183)	-	(4.477)
Conduto forçado	(2.014)	(86)	-	(2.100)
Gerador	(3.388)	(142)	-	(3.530)
Comporta	(755)	(32)	-	(787)
Subestação unitária	(1.449)	(61)	-	(1.510)
Estrutura de tensão	(562)	(26)	-	(588)
Casa de força produção hidráulica	(5.952)	(254)	-	(6.206)
Reservatório, barragem, adutora	(9.874)	(424)	-	(10.298)
Outras máquinas e equipamentos	(2.058)	(97)	-	(2.155)
	<u>(30.346)</u>	<u>(1.305)</u>	<u>-</u>	<u>(31.651)</u>
Imobilizado líquido	<u>81.652</u>	<u>(1.263)</u>	<u>(11)</u>	<u>80.378</u>

06/2020

Custo	31/12/19	Adições	Baixas	30/06/20
Terrenos	1.265	-	-	1.265
Turbina Hidráulica	14.867	-	-	14.867
Conduto forçado	5.588	-	-	5.588
Gerador	8.773	-	-	8.773
Comporta	2.065	-	-	2.065
Subestação unitária	3.416	-	-	3.416
Estrutura de tensão	1.542	-	-	1.542
Casa de força produção hidráulica	25.921	-	-	25.921
Reservatório, barragem, adutora	42.648	106	-	42.754
Outras máquinas e equipamentos	5.952	35	(18)	5.969
Imobilizado em curso	60	-	-	-
	<u>112.097</u>	<u>141</u>	<u>(18)</u>	<u>112.220</u>

Custo	31/12/19	Adições	Baixas	30/06/20
(-) Depreciação:				
Turbina Hidráulica	(3.976)	(186)	-	(4.162)
Conduto forçado	(1.872)	(87)	-	(1.959)
Gerador	(3.118)	(146)	-	(3.264)
Comporta	(724)	(34)	-	(758)
Subestação unitária	(1.327)	(61)	-	(1.388)
Estrutura de tensão	(539)	(28)	-	(567)
Casa de força produção hidráulica	(5.503)	(259)	-	(5.762)
Reservatório, barragem, adutora	(9.027)	(423)	-	(9.450)
Outras máquinas e equipamentos	(2.006)	(104)	5	(2.105)
	(28.092)	(1.328)	5	(29.415)
Imobilizado líquido	<u>84.005</u>	<u>(1.187)</u>	<u>(13)</u>	<u>82.805</u>

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/21	31/12/20
Servidões	-	945	945
Software	20%	63	51
Medidas compensatórias	20%	1.765	1.765
Indenização de terras	-	-	-
Legalização de terras	-	89	89
Amortização acumulada		(1.621)	(1.404)
		<u>1.241</u>	<u>1.446</u>

b) Movimentação do intangível

06/2021

Custo	31/12/20	Adições	30/06/21
Servidões	945	-	945
Software	51	12	63
Medidas compensatórias	1.765	-	1.765
Indenização de terras	-	-	-
Legalização de terras	89	-	89
	<u>2.850</u>	<u>12</u>	<u>2.862</u>
(-) Amortização:			
Software	(15)	(5)	(20)
Medidas compensatórias	(1.389)	(212)	(1.601)
	<u>(1.404)</u>	<u>(217)</u>	<u>(1.621)</u>
Intangível líquido	<u>1.446</u>	<u>(205)</u>	<u>1.241</u>

06/2020

<u>Custo</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
Servidões	78	741	-	819
Software	45	6	-	51
Medidas compensatórias	1.688	-	(299)	1.389
Indenização de terras	664	-	(664)	-
Legalização de terras	111	-	-	111
	<u>2.586</u>	<u>747</u>	<u>(963)</u>	<u>2.370</u>
(-) Amortização				
Software	(5)	(5)	-	(10)
Medidas compensatórias	(1.004)	(349)	-	(1.353)
	<u>(1.009)</u>	<u>(354)</u>	<u>-</u>	<u>(1.363)</u>
Intangível líquido	<u>1.577</u>	<u>393</u>	<u>(963)</u>	<u>1.007</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	4	275
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	3.985	13.879

- (i) Refere-se à gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$7 (R\$7 em 30 de junho de 2020).

9. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/20</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/21</u>
Compromissos socioambientais (a)	451	(11)	(53)	387
Provisão para medidas compensatórias (b)	424	-	(137)	287
Provisão para legalização de terras (c)	89	-	-	89
Provisão para indenizações de terras (d)	-	-	-	-
Total	<u>964</u>	<u>(11)</u>	<u>(190)</u>	<u>763</u>

	<u>31/12/20</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/21</u>
Passivo circulante	585			394
Passivo não circulante	379			369

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IEMA/ES em 07 de novembro de 2017, com prazo de 01 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$46.101 e está representado por 31.744.639 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo distribuído conforme o fluxo de caixa da Companhia.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.653
Dividendos distribuídos	11.533
Dividendos pagos	(11.483)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>23.703</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.879
Dividendos distribuídos	5.387
Dividendos pagos	<u>(15.281)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>3.985</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$15.543 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$12.844 em 30 de junho de 2020), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

11. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	21.433	17.959
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	11	975
Recontabilização + consumo interno	<u>19</u>	<u>-</u>
	<u>21.463</u>	<u>18.934</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(782)	(656)
PIS e COFINS diferido	<u>(1)</u>	<u>(35)</u>
	<u>(783)</u>	<u>(691)</u>
Receita líquida de vendas	<u>20.680</u>	<u>18.243</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	-	(6)
Reversão de atualização sobre depósitos judiciais	-	(249)
Outras despesas	<u>(5)</u>	<u>(8)</u>
	<u>(5)</u>	<u>(263)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	9	25
Atualização depósito judicial	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>9</u>	<u>25</u>
Total líquido	<u>4</u>	<u>(238)</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/21		30/06/20	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	21.433	21.433	17.959	17.959
Receita diferida	30	30	975	975
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	9	9	25	25
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
Base de cálculo	1.726	2.585	1.540	2.297
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	432	232	385	207
Diferença de alíquota (*)	(12)	-	(12)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	420	232	373	207
Correntes	(419)	(232)	(354)	(196)
Diferidos	(1)	-	(19)	(11)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	30/06/21	31/12/20
PIS/COFINS diferidos	6	7
IRPJ/CSLL diferidos	6	5
	12	12

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.057	1
Aplicações financeiras	168	1.060
Contas a receber de clientes	6.933	4.647
Depósitos judiciais	2	2
Outros ativos circulantes	201	167
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	107	295
Outros passivos	1	-

Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tal taxa foi estressada em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u> <u>30/06/21</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	168	Baixa do CDI	Resultado	<u>11</u>	<u>9</u>	<u>6</u>

15. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2021, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$7.321 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2022, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$212.944, lucros cessantes no montante de R\$51.676, linha transmissão - R\$12.464 e Barragens - R\$72.849.

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	11	963
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	-	107
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	13	

17. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG - 110.880/O-2